

HABEAS CORPUS Nº 638.364 - SC (2021/0000710-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : ALTAMIR FRANCA
ADVOGADO : ALTAMIR FRANÇA - SC021986
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : EVANDRO LUIZ PACHECO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de EVANDRO LUIZ PACHECO, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Tribunal local, em decisão rarefeita, ao denegar o pedido liminar formulado no *writ* originário de n. 5046795-38.2020.8.24.0000, manteve a segregação cautelar do ora paciente, decretada pela autoridade coatora da localidade, nos contornos do art. 310, inciso II, do CPP, com esteio - precipuamente - nos seguintes fundamentos, *litteris*:

Por outro lado, entendo necessária a segregação do indiciado para garantia da ordem pública, pois, caso seja posto em liberdade, poderá voltar a delinquir, posto que, **conforme ficha do SISP juntada aos autos e Certidão de Antecedentes Criminais, tem-se que em 2010 o conduzido já havia sido preso em flagrante pelos delitos do art. 12 e 16 da Lei n. 10.826/03, e que poucos meses depois foi novamente preso por tráfico de drogas, tendo sido condenado em 2011 e posto em liberdade em 29/9/2016 em razão de livramento condicional.** (fl. 104 - g.m.)

Consta dos autos a prisão em flagrante do custodiado, em 18/12/2020, ulteriormente convertida em preventiva, decorrente de suposta prática dos delitos capitulados no art. 333 do CP e no art. 16, § 1º, inciso IV, da Lei n. 10.826/03.

Em suas razões, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a desarrazoada segregação processual do paciente, com anterior condenação definitiva antiga e com bom comportamento social, além de não alicerçada em fatos contemporâneos, tampouco albergada em fundamentação idônea e efetivo embasamento empírico, não preenche - como *ultima ratio* e em homenagem ao postulado da proporcionalidade - os requisitos autorizadores do cárcere guerreado, nos moldes dos arts. 282, § 6º;

312; 313, § 2º; e 315, todos do CPP.

Outrossim, assevera que a manutenção da prisão acautelatória do increpado está em franco descompasso ao art. 4º, inciso I, da Recomendação CNJ n.º 62/2020, adstrita ao novo e periclitante contexto determinado pelo Covid-19.

Nesse panorama, roga o impetrante pelo relaxamento da prisão preventiva alhures, expedindo-se em favor do paciente premente alvará de soltura e, na sequência, seja-lhe concedida a liberdade provisória incondicionada ou, residualmente, mediante cominação de medidas cautelares alternativas, não prisionais, *ex vi* dos arts. 316, *caput*, 319 e 654, § 2º, todos do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, a teor dos parcos elementos de convicção coligidos ao presente *writ*, manifesta ilegalidade que

Superior Tribunal de Justiça

autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente